

Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2017/2021

Ata número vinte e seis

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada
no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezoito


Susana
Silva

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Mêda, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores, António César Valente Figueiredo, Aurélio Teixeira Fonseca Saldanha e Aires Jorge Abreu Sampaio e Mello do Amaral.-----

Assistiu à reunião Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.-----

Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO; PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (PAOD): - INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO; 1.** Intervenção do Senhor Presidente; **2.** Intervenção dos Senhores Vereadores; **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (POD):** Situação financeira – conhecimento; Ata; **1.** Proposta n.º 58/2018 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Mêda e a Federação de Andebol de Portugal; **2.** Proposta n.º 59/2018 – Alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mêda; **3.** Proposta n.º 60/2018 – Alteração ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Mêda; **4.** Proposta n.º 61/2018 – Declaração de Interesse Municipal para as populações e para a Economia Local da Autarquia, da “Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica de Longroiva em Centro Etnográfico”; **5.** Proposta n.º 62/2018 – Comemoração do V Centenário do Foral do Concelho de Mêda; **6.** Pedido de certidão de compropriedade do artigo 1102 – Poço do Canto; **7.** Pedido de certidão de compropriedade do artigo 392 – Ranhados; **8.** Pedido de certidão de compropriedade do artigo 382 – Ranhados; **9.** Pedido de certidão de compropriedade do artigo 1912; **10.** Aprovação de deliberações em minuta;-----

ABERTURA DA REUNIÃO:-----

Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram quinze horas e cinco minutos.-----

1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Este assunto não foi tratado, em virtude de não existirem Munícipes inscritos.-----


Susana
Silva

2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

Neste período foram tratados os seguintes assuntos:-----

3-INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

INTERVENÇÕES:-----

DO PRESIDENTE DA CÂMARA:-----

O Presidente começou por informar os Senhores Vereadores que no dia 17 esteve presente, em Lisboa, numa reunião de trabalho com o Senhor Ministro do Ambiente, a Administração das Águas do Vale do Tejo e os Presidentes de Câmara pertencentes à CIMBSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, com o objetivo de chegar a um acordo de pagamento de dívidas para seis dos municípios que pertencem a este sistema multimunicipal.-----

Dia 18 foi assinado o protocolo entre o Ministério da Saúde e o Município de Mêda sobre o Programa Nacional de Promoção da Saúde Oral (PNPSO). A reunião contou com a presença da Presidente do Conselho de Administração da ULS – Unidade Local de Saúde da Guarda, Dr.ª Isabel Antunes, que lhe transmitiu que o motivo pelo qual autorizou a saída do médico de família Dr.º Luís Costa tem a ver com a garantia dada pela tutela de que viria um novo médico. Porém esta situação durou pouco, já que o novo médico de família foi embora sem dar qualquer justificação.-----

O Vereador Aires do Amaral questionou se vai haver ou não substituição do médico.----

O Presidente da Câmara respondeu que tem feito diligências nesse sentido, tendo inclusive a Dr.ª Isabel Antunes afirmado que irá empreender todos os esforços para que o médico seja substituído o mais rápido possível.-----

Prosseguiu o Presidente dizendo que dia 19 do corrente esteve reunido, na Guarda, com a GNR e os serviços técnicos do município da área social, para assinar um protocolo sobre a Teleassistência para idosos. Paralelamente a esta medida esta a ser criado um núcleo de segurança, composto por dois GNR que irão fazer périplos pelas diversas freguesias do concelho, abordando os idosos que se encontram mais isolados e fazendo o reforço às escolas.-----

Seguidamente, o Presidente informou sobre os próximos eventos/atividades a decorrer no Concelho: no dia 20 de outubro, na Casa da Cultura, colóquio subordinado ao tema “Genealogia e Histórias de Família”. Mais informou que será aproveitada esta

atividade para homenagear o Dr.º Adriano Vasco Rodrigues.-----

Sobre o evento, o Vereador Aires do Amaral, deixou o reparo de que é lamentável que para a elaboração do cartaz se tenha utilizado uma imagem da freguesia do Terrenho, Concelho de Trancoso, quando o nosso Concelho tem um património tão bonito. Deu os parabéns pela escolha do orador.-----

Sobre a vinda do Painel de Baco e o Tesouro encontrados no Vale de Mouro, freguesia da Coriscada, o Senhor Presidente informou que na próxima terça feira terá uma reunião de trabalho, em Coimbra, com a presença do Dr. º Sá Coxão, do Diretor do Museu e o Diretor do restauro, estando convicto que a vinda de ambos se encontra para breve, ficando o Painel de Baco exposto no Centro Interpretativo da Coriscada.----

O Vereador Aires do Amaral mostrou-se contente por este assunto estar, finalmente, resolvido. Quanto à exposição do Painel de Baco no Centro Interpretativo da Coriscada, é de opinião que devem ser salvaguardadas as devidas condições para que não aconteça algo desagradável. Espera, porém, que o único espólio a ser exposto no Centro Interpretativo, não seja unicamente o Painel de Baco e o Tesouro de Moedas.---

O Vice-Presidente informou o Vereador de que está a decorrer uma candidatura para musealização do espaço, acrescentando que a musealização está mais virada para a vertente digital das peças.-----

Tomando a palavra, o Vereador Aurélio Saldanha gostava de saber se o Centro Interpretativo dispõe de condições ambientais, físicas e de segurança para receber património tão importante como o Painel de Baco e o Tesouro de moedas. Na sua opinião está-se a desvalorizar a riqueza do património. Transmitiu que todo o espólio encontrado no Vale do Mouro já lhe passou pelas mãos, mas infelizmente, e de há alguns anos a esta parte, este é um processo que se tem arrastado com alguma culpa das partes interessadas, nomeadamente, Junta de Freguesia, Associação e Câmara Municipal.-----

O Vice-presidente complementou que o espólio irá ficar armazenado em caixas, para posteriormente ser estudado. Sobre o Painel do Baco, informou que a peça exposta será uma réplica do original.-----

Retomou o uso da palavra o Vereador Aurélio Saldanha, dizendo que este tipo de assunto não deve ser tratado de forma leve, e recordou que, devido a erros políticos do passado, se perdeu o Museu do Mestre José Manuel Soares para a Cidade de


Susana
Silva

Pinhel.-----

O Vice-Presidente registou as preocupações dos Senhores Vereadores, mas assegurou que estão salvaguardadas todas as questões de segurança e de preservação do património.-----

De novo no uso da palavra, o Vereador Aires do Amaral, disse que ficou exatamente na mesma, ou seja, se estava preocupado, mais preocupado ficou.-----

Seguidamente o Presidente informou que o Chefe de Regadios da DRAP Centro – Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro foi substituído, tendo já encetado contactos com o novo Diretor, que lhe solicitou o envio de toda a documentação sobre o Regadio Tradicional da Coriscada.-----

De seguida, e conforme solicitação dos Vereadores da Oposição em reuniões de Câmara anteriores, procedeu à distribuição de uma listagem sobre a ampliação da rede elétrica do Concelho.-----

DO VEREADOR CÉSAR FIGUEIREDO:-----

O Vereador César Figueiredo afirmou que, volvidos quatro anos, infelizmente é “mais do mesmo”, e o Concelho continua sem ver a “luz ao fundo do túnel”. Recordou que há muito que vem alertando para a situação do Centro de Saúde, estando convencido que, com mais esta saída, está aberto o caminho para o encerramento do SAP – Serviço de Atendimento Permanente. Neste contexto recordou que, na altura, o Senhor Presidente disse que *“esta não passava de uma situação pontual e que tudo se ia resolver”*, mas a verdade é que passou de pontual a definitiva. Declarou que, lamentavelmente e de dia para dia, o Concelho está a definhar, dando como exemplo a vinda do Paineiro de Baco, assunto discutido em quase todas as reuniões de Câmara desde que é Vereador, ou seja, desde o ano de dois mil e treze. E já em dois mil e treze lhe era garantido pelo atual Presidente da Câmara que a vinda do mesmo estava para breve. Volvidos cinco anos o discurso continua o mesmo.-----

Relativamente ao protocolo de Teleassistência e à criação de um Núcleo de Segurança, o Vereador comparou a Mêda ao deserto profundo do Alentejo. Reiterou que não obstante ser visível que o Concelho está a definhar o Senhor Presidente continua a dizer que está tudo bem.-----

Sobre o Regadio Tradicional da Coriscada, colocou uma série de questões, lembrando que uma das questões que sempre colocou foi: que tipo de culturas é que se iriam

plantar? Prosseguiu questionando que estudo é que está a ser feito; quem é que está a fazer esse estudo; se vai haver regras de emparcelamento e quais são as regras.-----

Quanto ao emparcelamento, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a legislação é um pouco complexa e complicada quanto a esta matéria.-----

Retomou o uso da palavra o Vereador César Figueiredo dizendo que concorda com o projeto, mas tem dúvidas sobre a rentabilização, por parte da Câmara Municipal, de sete ou oito milhões de euros, quando o Executivo em Exercício não tem uma posição definida para a área.-----

Quanto à listagem de ampliação da rede elétrica, e após breve leitura da mesma, pediu ao Senhor Presidente para lhe explicar o motivo da falta do custo total das obras e a quem se destinam.-----

Sobre este assunto, o Vereador Aurélio Saldanha chamou a atenção para a falta de profissionalismo por parte do técnico na elaboração da mesma, dizendo que a informação ali dada vale zero.-----

Retomou o uso da palavra o Vereador César Figueiredo dizendo que, e ao contrário da opinião do Vereador Aurélio Saldanha, para ele a informação vale menos de zero, lamentando que passados nove meses após o pedido inicial lhes seja apresentada uma informação com poucos dados ou nenhuns. Por isso, gostava de saber por que razão é que a ampliação da rede elétrica para uma habitação particular em Marialva não consta da listagem. O Senhor Presidente respondeu que teve que ser feito um novo pedido.-----

O Vereador César Figueiredo acusou o Senhor Presidente de uma vez mais, omitir, deliberadamente, informação à oposição. Resumiu que, aquando da discussão deste assunto em anterior reunião de Câmara, o próprio chamou a atenção do Senhor Presidente para a possibilidade de o particular fazer um pedido de indemnização à Câmara em virtude de se ver obrigado a comprar um gerador porque a Câmara não cumpriu com o prometido. Mas o que o Vereador desconhecia é que a Câmara já lá tinha colocado um gerador. Reiterou que o Senhor Presidente continua, deliberadamente, a omitir informação aos Vereadores da Oposição. Designou esta situação de grave, pedindo que lhe fosse dada, por parte do Senhor Presidente da Câmara, uma explicação cabal para o que aconteceu, uma vez que tem conhecimento de situações idênticas, mas onde a Câmara não foi de imediato a colocar um gerador.--


Susana
Silva

O Presidente explicou que o caso de Marialva foi uma situação atípica, porque há cerca de ano e meio foi pedida a ampliação da rede elétrica para aquela habitação, mas, e devido a parecer negativo por parte das Aldeias Históricas, não foi possível proceder à ampliação da mesma. Aditou que, e apesar da insistência do proprietário de que existia um acordo escrito entre a Câmara Municipal e o próprio, após consulta aos arquivos do Município, nada foi encontrado. Porém, e uma vez que lhe foi dada a palavra pelo então Presidente da Câmara, Dr. João Mourato, decidiu mante-la. Quanto ao gerador lá colocado, declarou que este foi utilizado por um período de três semanas, salientando que foi utilizado o gerador do “Festival Mêda+” e das Festas da Cidade, tendo sido o particular a pagar o gasóleo.-----

O Vereador César Figueiredo lamentou que o Senhor Presidente não tenha dado esta mesma explicação aquando da discussão do assunto em reuniões anteriores, reiterando que o Senhor Presidente é habilidoso em omitir informações, e a fazer fretes, porque existem inúmeras situações em que Presidentes de Câmara anteriores deram a palavra e o Senhor Presidente não lhes dá solução com tamanha rapidez.-----

O Senhor Presidente declarou que existem prioridades sendo que esta era uma delas.- De novo no uso da palavra, o Vereador César Figueiredo questionou caso não houvesse o “Festival Mêda+” se esta situação deixaria de ser uma prioridade, tal como todas as outras. A título de curiosidade deu nota que foi a primeira vez que a pessoa em causa se deslocou de França à Mêda para votar. Seguidamente reportou-se a casos semelhantes, e esses sim, na opinião do Vereador são verdadeiramente urgentes. Falava no caso do ovil sito em Ranhados e que necessita urgentemente de eletricidade para a ordenha mecânica. Resumiu que este produtor é um dos maiores produtores da raça autóctone Churra Mondegueira. Terminou questionando se também esta tem direito a que lhe seja colocado, de imediato, um gerador, ou se vai ter de esperar pelo próximo “Festival Mêda+”.-----

DO VEREADOR AURÉLIO SALDANHA: -----

O Vereador teceu breves considerandos sobre a falta de profissionalismo na elaboração da informação da ampliação da rede elétrica, considerando de desnecessária a omissão do Senhor Presidente quanto à colocação do gerador.-----

Seguidamente dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara por ser o responsável máximo pelo Município, mas a questão é direta ao Senhor Vice-Presidente porque é o

H.
Gusana
Silva

Vereador do Pelouro. Reportando-se ao incidente ocorrido no passado fim de semana no parque de campismo, perguntou se foi levantado algum processo disciplinar por parte da Câmara Municipal a um bombeiro que sendo ele funcionário do Município se encontrava a prestar serviço nos Bombeiros Voluntários de Mêda.-----

Para uma melhor perceção da sua questão por parte dos restantes Vereadores, resumiu que no passado domingo, durante a hora de almoço, um caravanista, que estava a preparar um grelhado nos assadores disponibilizados pelo parque desencadeou um incêndio. *In loco*, o Vereador pode verificar que o incêndio alastrou ao relvado, ou melhor dizendo, à grama seca, acabando por queimar algumas das sebes, e derreter parte de um candeeiro de iluminação do próprio espaço. Foram chamados os bombeiros, que acabaram por apagar o incêndio, tendo surgido o responsável pelo complexo e parque de campismo, o que levou a mais um incidente. Ao que parece, o responsável pelo complexo ameaçou um bombeiro, que sendo funcionário do Município, naquele momento encontrava-se ao serviço dos bombeiros, com um processo disciplinar. Na opinião do Vereador isto começa a ter um sentido de desorientação por parte do responsável que, em situações de pressão psicológica perde o controle da situação. Paralelamente o campista acabou por ser constituído arguido e presente a tribunal em Vila Nova de Foz-Côa. Tem conhecimento que o campista, a fim de evitar uma deslocação a Portugal, preferiu fazer um acordo e pagar o valor de trezentos euros. Disse estar perplexo com toda esta situação, até porque, em termos de turismo, esta é uma péssima imagem para o Município. Na sua opinião quem deveria assumir a responsabilidade por tudo o que aconteceu teria que ser o Município, e o responsável por negligência no tratamento dos espaços. Declarou e lamentou que estas situações se estejam a tornar recorrentes em lugares públicos e vigiados da Câmara Municipal. Reiterou que o Executivo em Exercício terá que tomar uma atitude, caso contrário, e no entender do Vereador, está a ser conivente com a forma que o complexo está a ser gerido. A finalizar pediu que fique registado, que deve ser feito um pedido de desculpa ao campista e ressarcir-lo de todos os gastos. Por último pediu que seja feito um inquérito para averiguar o que se passou.-----

O Senhor Presidente solicitou ao Vice-presidente Paulo Esteves, que preste os esclarecimentos necessários.-----

Sobre esta matéria, o Vice-presidente informou que o que lhe foi transmitido, na

M.
Susana
Silva

altura, foi que o campista se tinha dado como culpado, justificando que estava a fazer um grelhado, tendo-se ausentado do espaço para junto da caravana. Declarou que desconhece que o campista tenha sido constituído arguido, mas assumiu que, de facto, o relvado estava seco, o que poderá ter levado à propagação do incêndio. Deu nota que já foram dadas instruções aos serviços para procederem à substituição das mangueiras. Finalizou afirmando que desconhece que o responsável pelo complexo tenha ameaçado um bombeiro com a instauração de um processo disciplinar.-----

Retomou o uso da palavra o Vereador Aurélio Saldanha dizendo que o parque de campismo é um parque urbano e não um parque rural, logo tem que ter condições para evitar este tipo de situações.-----

Face ao exposto o Vereador César Figueiredo propôs, que na próxima reunião de Câmara, sejam ouvidos todos os intervenientes.-----

Proposta aceite por unanimidade.-----

Prosseguiu o Vereador Aurélio Saldanha informando que lhe têm chegado várias queixas, tanto por parte dos professores como dos auxiliares de ação educativa, relativamente ao acompanhamento dos alunos do pré-escolar e 1º CEB nas aulas de natação. Atendendo a que durante o período letivo, é natural a utilização dos balneários não só pelas crianças, mas também por adultos, e neste caso referia-se em concreto aos balneários masculinos, torna-se desagradável para as auxiliares de ação educativa que têm por função ajudar as crianças a vestirem-se depararem-se com os adultos. Chamou também a atenção para os horários praticados. Ainda sobre esta matéria, lamentou que ao contrário do que também acontecia no passado, neste momento não lhes é feito chegar qualquer relatório sobre as atividades/eventos realizados no mesmo.-----

Pronunciando-se sobre a substituição dos aparelhos de ar condicionado que está a ocorrer na Casa da Cultura, perguntou em que âmbito é que está a ocorrer aquela substituição. O Vice-Presidente respondeu que a substituição do ar condicionado está a ser feita através de uma candidatura da Associação de Municípios da Cova da Beira.-----

O Vereador Aurélio Saldanha reportou-se à elaboração do orçamento para o ano de 2018, recordando que ficou orçamentada uma verba para apoio à Adega Cooperativa de Mêda. Volvidos cerca de dez meses, tem conhecimento que ainda foi feito qualquer

H.
Gusmão
Silva

protocolo para atribuição da dita verba. Gostava de saber o que se está a passar. O Senhor Presidente respondeu que ainda falta entregar alguns documentos, por parte da Adega.-----

Chamou a atenção para o mau estado em que se encontra o candeeiro de iluminação pública junto à Casa Mortuária, questionando se já foi removido. Chamou ainda a atenção para as luminárias do espaço envolvente ao edifício do tribunal, e para a manilha que, lamentavelmente, continuam exatamente na mesma. -----

Seguidamente transmitiu que lhe foi feito chegar que existem alguns desentendimentos entre a população de Alcarva devido à gestão das águas correntes de nascente público e que servem para regadio.-----

Relativamente às Festas da Cidade, questionou a que é que corresponde o valor de sessenta e cinco mil, cento e noventa euros.-----

O Vice-presidente respondeu que o valor de sessenta e cinco mil cento e noventa euros apenas diz respeito à contratação de espetáculos, podendo no total, haver mais custos.-----

Retomou o uso da palavra o Vereador Aurélio Saldanha pedindo que lhe fosse dado o motivo pelo qual não estão a ser feitas as reparações das calçadas, tendo o Presidente informado o Vereador que a obra já se encontra consignada.-----

DO VEREADOR AIRES DO AMARAL:-----

Com a aproximação do final do ano e consequente discussão orçamental, o Vereador gostaria de saber o que é que foi executado até agora, solicitando que lhe fosse facultada uma informação sobre a execução orçamental do Município no ano de 2018.-----

DO VEREADOR CÉSAR FIGUEIREDO:-----

O Vereador César Figueiredo começou por pedir ao Senhor Presidente para, em seu nome, apresentar desculpas por não poder estar presente na primeira sessão descentralizada da Assembleia Municipal, a realizar na freguesia da Coriscada.-----

Pronunciando-se sobre à descentralização da próxima sessão da Assembleia Municipal, introduziu que, como é sabido, por diversas vezes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tem referido que está a fazer um trabalho aprofundado das deficiências do concelho. Posto isto, declarou que não é necessário para verificar quais são as grandes deficiências do Concelho. Expôs que tem vindo a solicitar que lhe seja feito chegar

H.
Susana
Silva

cópia dos relatórios feitos pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre esta matéria, a fim de perceber o que se está a passar. Disse que isto lhe “cheira” a puro folclore, e não é o Rancho da Mêda. No seu entender não é por se realizar uma sessão fora da sede do concelho que se vão resolver os problemas. Quis deixar em ata a sua posição contra esta descentralização, porque, amanhã, vai ser dada à freguesia da Coriscada uma mão cheia de nada. Terminou, reiterando que a Mêda não precisa de folclore, mas sim de objetividade e de dados concretos.-----

O Vereador Aurélio Saldanha, secundou as palavras do Vereador César Figueiredo, acrescentando que também é de opinião que as atitudes do Senhor Presidente da Assembleia Municipal parecem puro folclore, não só na questão da descentralização do órgão, mas na antecipação que é feita igualmente em reuniões conjuntas. Para o Vereador, o *modus operandi* utilizado pelo Senhor Presidente da Assembleia, nomeadamente deslocações a localidades para reunir com os fregueses a fim de ouvir as queixas dos mesmos sobre os problemas da freguesia, não têm qualquer nexo. No seu entender, com esta atitude, o Senhor Presidente da Assembleia está a sobrepor-se ao papel dos Presidentes de Junta. Reiterou que tudo isto não passa de puro folclore e retórica.-----

Sobre este assunto o Vereador Aires do Amaral disse que as atitudes do Senhor Presidente da Assembleia Municipal vão muito para além daquilo que são as suas competências/funções. Considera que a consulta que está a ser feita aos fregueses não passa de um “atropelamento” por parte do Senhor Presidente da Assembleia Municipal aos Senhores Presidentes de Junta, e à Câmara Municipal.-----

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos:-----

SITUAÇÃO FINANCEIRA-conhecimento-----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número cento e oitenta e três, de vinte e seis de setembro, de dois mil e dezoito, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **1.105.368,07€** (um milhão, cento e cinco mil, trezentos e sessenta e oito euros e sete centimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **303.348,86€** (trezentos e três mil, trezentos e quarenta e oito euros e oitenta e seis centimos).-----

Tomado conhecimento-----

ATA:-----

H.
Gusmão
Silva

Presente a ata n.º 21/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 27 de junho de 2018.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 21/2018, da reunião de Câmara, realizada no dia 27 de junho de 2018.-----

PONTO 1 – Presente à reunião, para deliberação, Proposta n.º 58/2018 – Protocolo de Colaboração entre o Município de Mêda e a Federação de Andebol de Portugal, nos termos da proposta;-----

Presente, em anexo, a Proposta n.º 58/2018, elaborada em 24 de setembro de 2018, devidamente instruída com a respetiva minuta de Protocolo e Informação de Cabimento n.º 11415.-----

Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal ao abrigo das alíneas f) do n.º 2 do artigo 23.º e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei 75/2013, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Mêda e a Federação de Andebol de Portugal, com o objetivo de realizar um Plano de Desenvolvimento do Andebol no Concelho de Mêda para os anos de 2018 a 2020.-----

Mais deliberou atribuir um apoio financeiro no valor de 2.000€ (dois mil euros) para apoio de ações, programas e iniciativas que se encontrem previstas no Protocolo.-----

PONTO 2 - Presente à reunião, para deliberação, Proposta n.º 59/2018 – Alteração ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mêda, nos termos da proposta;-----

Presente, em anexo, a Proposta n.º 59/2018, elaborada em 24 de setembro de 2018, devidamente instruída com o respetivo Regulamento.-----

Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as alterações ao Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Mêda.-----

PONTO 3 – Presente à reunião, para deliberação, Proposta n.º 60/2018 – Alteração

Handwritten signature
Susana
Silva

ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Mêda, nos termos da proposta;-----

Presente, em anexo, a Proposta n.º 60/2018, elaborada em 24 de setembro de 2018, devidamente instruída com o respetivo Regulamento.-----

Atenta a proposta apresentada, que se dá por integralmente reproduzida, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 112.º e do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar as alterações ao Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e do Serviço de Saneamento de Águas Residuais do Município de Mêda.-----

PONTO 4 - Presente à reunião, para deliberação, Proposta n.º 61/2018 – Declaração de Interesse Municipal para as populações e para a Economia Local da Autarquia, da “Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica de Longroiva em Centro Etnográfico”, nos termos da proposta;-----

Presente o pedido de Declaração de Interesse Municipal para as Populações e para a Economia Local da Autarquia, da “Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica de Longroiva em Centro Etnográfico”, como a seguir se transcreve, para os devidos e legais efeitos:-----

“Considerando que:-----

O concelho de Meda é detentor de um vasto e diversificado património cultural de âmbito material e imaterial que potencia a compreensão das principais características que identificam e distinguem a região, os seus habitantes e os seus modos de vida, razão pela qual a Câmara Municipal de Meda tem vindo a investir no seu inventário e divulgação, na sua proteção e valorização, nomeadamente do património existente na localidade de Longroiva integrada na famosa formação geológica conhecida como “Graben de Longroiva” e no enclave de dois patrimónios mundiais da humanidade, de um lado o Alto Douro Vinhateiro, do outro lado o Vale do Côa, revestidos de valor cultural de importância local, nacional e internacional;-----

Considerando que:-----

Este património coletivo constitui uma das mais seguras bases para a construção do futuro do nosso território, valorizando e projetando uma herança comum que urge transmitir às gerações vindouras;-----


Susana
Silva

Atualmente, pode ler-se no artº 9º da Constituição da República Portuguesa que, entre as tarefas fundamentais do Estado Português contempla-se também a imperiosa necessidade de:-----

«[...] proteger e valorizar o Património Cultural do povo português, defender a Natureza e o Ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território».-----

E no artigo 78º:-----

«[...] promover a salvaguarda e a valorização do Património Cultural, tornando-se elemento vivificador da identidade cultural comum [e] articular a política cultural e as demais políticas sectoriais [garantindo] o direito, por parte de todos, à fruição e à criação cultural, bem como o dever, por parte de todos, de preservar, defender e valorizar o Património Cultural.»-----

Longroiva oferece-nos hoje oportunidades únicas e atrativas, pois oferece-nos um vasto leque de recursos que podem ser aproveitados em função do desenvolvimento cultural, artístico, turístico, e socioeconómico de uma localidade, que justificaram e justificam os investimentos públicos nos últimos anos, que influenciaram os investimentos privados, sobretudo ao nível do alojamento local de que é exemplo a “Quinta do Chão D’Ordem” e dos empreendimentos turísticos, cujo “Longroiva Hotel Rural” é disso um bom exemplo.-----

O património como produto turístico tem nos dias de hoje um papel fulcral relativamente às motivações dos turistas, sejam estes atraídos pelo património natural, pelo património cultural ou até por ambos.-----

Como produto turístico, o património tangível e intangível, representa profundamente a identidade duma localidade, através daquilo que pode oferecer.-----

Em 1999 a Carta Internacional do Turismo Cultural dizia: -----

«O turismo pode capturar as características económicas do património e dedicá-las à conservação, gerando fundos, educando a comunidade e influenciando a política. É uma parte essencial de muitas economias nacionais e regionais, e pode ser um importante fator no desenvolvimento, quando gerido com sucesso.»-----

Cabe assim aos proprietários do património, sejam estes estatais ou particulares, zelar pela preservação do seu património e investir na divulgação desses produtos criados, que acabam por se tornar uma mais-valia para as localidades e para quem investe.-----

SS
Susana
Silva

Cada localidade, deve por isso apostar nos seus pontos fortes de forma a cativar os turistas.-----

-Desta forma, a valorização e a criação de uma marca ou produto característico é uma ferramenta muito importante na divulgação do local, e concretamente na localidade de Longroiva, considerando que é detentora de vários testemunhos que em muito contribuem para o engrandecimento cultural daquela aldeia, isto é, possui um edifício que serviu de Escola Primária e que caracteriza o final do plano dos centenários, do século XX, e que urge reabilitar e valorizar, dando-lhe a nova valência de Centro Etnográfico capaz de acolher aquele património tangível e intangível que impressiona quem visita Longroiva.-----

É importante saber as singularidades de um local, saber a diferença que este pode marcar e assim usar essa singularidade a nosso favor, na promoção turística do local e mostrar nos seus recursos de divulgação turística.-----

Diz o povo no seu adagiário que:-----

"Há três coisas em Longroiva, Que bem empregadas são...-----

São os sinos e as águas, E a Senhora do Torrão."-----

Assim, segundo os Longroivenses, está bem patente e enraizado nas suas tradições e modos de vida: o património material que são os "sinos", o património geológico que são as "águas" e o culto e o simbólico enquanto património religioso, que é a "Senhora do Torrão". -----

Face ao exposto, propõe-se que o executivo municipal delibere no sentido de declarar o interesse municipal para as populações e para a economia local da Autarquia a "Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica de Longroiva em Centro Etnográfico", considerando que todo o património daquela aldeia tem um valor incalculável quer para a população daquela localidade quer para as populações de todo o concelho de Meda, podendo através de uma boa divulgação ser inseridas em atividades de renome e tornar-se um ponto forte da região."-----

A Câmara Municipal deliberou declarar, por unanimidade, o interesse municipal para as populações e para a economia local da Autarquia a "Reabilitação do Antigo Edifício da Escola Básica de Longroiva em Centro Etnográfico", considerando que todo o património daquela aldeia tem um valor incalculável quer para a população daquela localidade quer para as populações de todo o concelho de Meda.-----


Gusauá
Silva

PONTO 5 - Presente à reunião, para deliberação, Proposta n.º 62/2018 – Comemoração do V Centenário do Foral do Concelho de Mêda, nos termos da proposta;-----

Presente, em anexo, a Proposta n.º 62/2018, elaborada em 25 de setembro de 2018.---

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a seguinte **Comissão Organizadora:**-----

Presidente: João Jorge Lourenço; Vice-Presidente: Paulo Jorge dos Santos Dias Esteves; Vogais: Carlos Fial; João Paulo Azevedo; Jorge Saraiva e Carlos Proença.-----

Comissão de Honra: -----

Presidente: Anselmo Antunes de Sousa; Vogais: Ana Abrunhosa; Adriano Vasco Rodrigues; Manuel Daniel; Maria António Figueiredo Lopes; Maria Fernanda Soares Heitor; Aires do Amaral; António César Figueiredo; Aurélio Saldanha; Mauro Frade; João Heitor; José Carlos Moreira; Luís Figueiredo; Lusitano Amaral; Edgar Pereira; Basílio Firmino; José Amado; Jorge Lourenço; Susana Martins e Paulo Amaral.-----

PONTO 6 - Presente à reunião, para deliberação, pedido de certidão de compropriedade do artigo 1102 – Poço do Canto;-----

Presente, em anexo, a Informação Interna n.º 4975/2018, elaborada em 21 de setembro de 2018, e atenta a informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico sito na Serra do Poio, freguesia do Poço do Canto, inscrito na matriz predial da freguesia do Poço do Canto, sob o artigo 1102.º.---

PONTO 7 - Presente à reunião, para deliberação, pedido de certidão de compropriedade do artigo 392 – Ranhados;-----

Presente, em anexo, a Informação Interna n.º 4971/2018, elaborada em 21 de setembro de 2018, e atenta a informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico sito na Cascalheira, freguesia de Ranhados, inscrito na matriz predial da freguesia de Ranhados, sob o artigo 392.º.-----

PONTO 8 - Presente à reunião, para deliberação, pedido de certidão de compropriedade do artigo 382 – Ranhados;-----

Presente, em anexo, a Informação Interna n.º 4969/2018, elaborada em 21 de setembro de 2018, e atenta a informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico sito nas Devesas, freguesia de Ranhados, inscrito na matriz predial da freguesia de Ranhados, sob o artigo 382.º.-----

PONTO 9 - Presente à reunião, para deliberação, pedido de certidão de compropriedade do artigo 1912;-----

Presente, em anexo, a Informação Interna n.º 4910/2018, elaborada em 21 de setembro de 2018, e atenta a informação prestada, cujos fundamentos se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a emissão de parecer favorável à constituição de compropriedade do prédio rústico sito em Abrunheiros, União de freguesias de Valflor, Prova e Casteição, inscrito na matriz predial da União de freguesias de Valflor, Prova e Casteição, sob o artigo 1912.º.-----

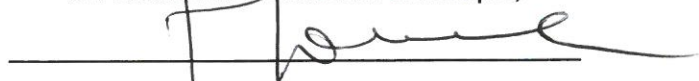
Aprovação de Deliberações em minuta:-----

Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO:-----

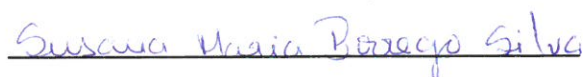
Quando eram dezassete horas e dez minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que o mesmo vai assinar e que eu, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi e subscrevo.-----

O Presidente da Câmara Municipal,



(Anselmo Antunes de Sousa)

A Secretária,



(Susana Maria Borrego Silva)